

ANO XXIV N. 131 5/8/2026

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

[Portaria GP n. 220, 30 de julho de 2026](#)

Altera a Portaria GP n. 5, de 2 de janeiro de 2026, que designa servidores para o exercício das atribuições previstas no art. 53 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021. (DEJT/TRT3, Cad. Adm. 4/8/2026, p. 2)

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

[Resolução Administrativa n. 2.959, de 3 de agosto de 2026](#)

Autoriza, em caráter excepcional, a extrapolação do limite anual de horas para a prestação de serviço extraordinário pelos servidores lotados nos Gabinetes de Ministro e na Secretaria de Admissibilidade Recursal do Tribunal Superior do Trabalho e na Secretaria Jurídica, Processual e de Apoio às Sessões do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

(DEJT/TST, Cad. Adm. 4/8/2026, p. 2)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

[Portaria Secretaria-Geral n. 87 de 3 de agosto de 2026](#)

Institui regime de trabalho remoto, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, no dia 7 de agosto de 2026, em razão da posse de Conselheiro.

(DJe/CNJ 4/8/2026, p. 3-4)

[Portaria Presidência n. 332 de 24 de julho de 2026](#)

Altera a Portaria Presidência nº 204/2026, que delega aos(às) Conselheiros(as) a supervisão institucional das Políticas Judiciárias Nacionais Programáticas (PJNP).

(DJe/CNJ 5/8/2026, p. 2-3)

[Portaria Presidência n. 350, de 3 de agosto de 2026](#)

Designa a composição do Comitê Executivo Nacional do Programa Destrava.

(DJe/CNJ 5/8/2026, p. 4-5)

Instrução Normativa Presidência n. 119, de 30 de julho de 2026

Institui a Rede Aprimora-Aud no âmbito do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário.

(DJe/CNJ 5/8/2026, p. 5-8)

Edital de Convocação de Audiência Pública

Convoca audiência pública destinada a colher contribuições sobre a atualização da disciplina nacional dos precatórios, a instituição de Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Precatórios e a discussão de parâmetros gerais relativos à cessão de crédito de precatório.

(DJe/CNJ 5/8/2026, p. 16-19)

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Lei n. 15.484, de 4 de agosto de 2026

Regulamenta o regime de relevância das questões de direito federal infraconstitucional para admissão dos recursos especiais no Superior Tribunal de Justiça e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

(DOU 30/7/2026, Seção 1, p. 160)